

REQUERIMENTO Nº 12015
(do Senhor Deputado Afonso Hamm)

Requer, nos termos regimentais, no âmbito da Comissão do Esporte, a realização de audiência pública conjunta, com a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, com a finalidade de debater sobre a organização do Plano de Segurança dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos 2016, com ênfase na prevenção de atos terroristas.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos previstos no regimento interno, no que tange a atribuição da Comissão do Esporte e a Subcomissão dos Jogos Olímpicos de 2016, a realização de Audiência Pública, conjunta com a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, para debater sobre o Plano de Segurança para o mundial esportivo no Brasil e o replanejamento necessário, em virtude do ato terrorista na França, ocorrido no dia 13 de novembro.

Para tanto, requer que sejam convidados os representantes da Secretaria Extraordinária de Segurança para grandes eventos do Ministério da Justiça; Governo do Estado do Rio de Janeiro; departamento de Segurança do Comitê Organizador dos Jogos Olímpico (5 a 21 de agosto) e Paralímpicos (7 a 18 de setembro) - Rio 2016; Departamento de Integração do Sistema Brasileiro de Inteligência (ABIN); Centro de Inteligência dos Serviços Estrangeiros; Comissão Estadual de Segurança Pública e Defesa Civil para os jogos e o Presidente da Autoridade Pública Olímpica.

JUSTIFICATIVA

Tendo em vista a realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos, no Brasil, em 2016, e considerando, os recentes atentados terroristas ocorridos em Paris, na França, é de fundamental importância que as Comissões do Esporte e de Segurança Pública e Combate ao Crime

Organizado, debatam sobre esse importante tema, com intuito de reavaliar o Plano de Segurança proposto pelos órgãos competentes.

O planejamento das ações de segurança previstas para o mundial esportivo, deve ser revisto com maior brevidade, com intuito de contribuir para a promoção de um ambiente agradável, seguro e pacífico aos mais de 10.500 atletas de 204 países no jogos olímpicos e 4.350 atletas de 176 países nos jogos paralímpicos, além de oportunizar segurança às delegações, comissão técnica, turistas, voluntários, profissionais diretamente ligados às competições e a própria população brasileira, durante e depois da realização do evento.

Essa preocupação fica mais evidente após o atentado terrorista, ocorrido no dia 13 de novembro, que atingiu Paris, na França, resultando em 129 mortos e cerca de 352 feridos. Todos os ataques foram em locais de grande concentração de pessoas: bares, restaurantes, uma casa de shows e nas imediações do estádio nacional Stade de France, no momento em que ocorria a partida de futebol entre França e Alemanha.

Ao mencionar esse recente acontecimento, não podemos deixar de lembrar do Massacre de Munique, sede da Olimpíada de 1972, na Alemanha, quando no dia 5 de setembro, oito palestinos do grupo terrorista Setembro Negro, suspeito de ser ligado à OLP (Organização para a Libertação da Palestina), invadem a Vila Olímpica, matam dois membros da equipe olímpica de Israel e fazem outros 11 desportistas israelistas de reféns, que após também foram executados. O manifesto teve como objetivo conseguir a libertação de árabes presos em Israel.

Neste sentido, é primordial avaliarmos sobre os preparativos do Brasil, em especial na área de segurança, para recepcionar milhares de pessoas. Assim como, verificar a elaboração do sistema operacional, dada a multiplicidade e simultaneidade de eventos. O debate será oportuno para contribuir no planejamento tático integrado de Segurança Pública que está sendo organizado; nos planos operacionais, como o reaparelhamento dos órgãos de segurança e o efetivo previsto; na realização dos eventos testes e na integração dos planos de segurança pública aos de defesa nacional e inteligência. A audiência também será de grande relevância para avaliar a segurança internacional; as ações de prevenção com o propósito de evitar atos de organizações terroristas, extremistas e insurgentes (monitoramento e acompanhamento de situações de potencial ligação com o terrorismo); de sabotagem promovidos por entes externos em instalações ou estruturas estratégicas para a realização dos eventos e ainda, de conflitos socioculturais, mobilizações sociais e atos de vandalismo que afetem a participação de países.

Outro fator que se deve levar em conta é quanto à segurança para evitar violência e a criminalidade urbana e o contrabando e comércio ilegal de produtos.

Ressalto, que em 2014 tivemos a Copa do Mundo, e alguns avanços na área de segurança foram efetivados. No entanto, ainda tem muito o que ser feito no sentido de garantir o mesmo nível de segurança em

todos os espaços de competição, assim como nas cidades que serão palco dos jogos Olímpicos: Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Brasília, Salvador e Manaus.

Face ao exposto, entendendo que a realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos 2016, no Brasil, é uma oportunidade ímpar para promover o desenvolvimento, contribuir no turismo interno e externo, assim como, no legado efetivo que ficará para população atendendo diversas áreas, em especial na segurança, conclamo os nobres pares para aprovar a realização dessa Audiência Pública Conjunta.

Sala da Comissão, em de de 2015.

Deputado Afonso Hamm
PP/RS